

Executivo perdeu com a desindexação

Uma das maiores derrotas do Executivo na definição do Orçamento foi o fim da indexação das despesas, defendida arduamente pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

Ao invés de fazer uma programação de gastos calculada com uma previsão de inflação para todo o ano, como vinha sendo feita, o ministro optou por uma solução utilizada com sucesso em Israel: indexar cada grupo de despesas a um índice específico, corrigindo os valores mensalmente. Assim, não importava a inflação ocorrida ao longo do ano, já que as despesas aprovadas pelo Congresso estariam garantidas.

Segundo esta estratégia, a Seplan dividiu os gastos do Orçamento em quatro grupos: os gastos com pessoal foram indexados à URP, a dívida externa à variação cambial, de uma cesta de moedas estrangeiras, e

a dívida interna foi atrelada à variação da OTN. O item outros custos de capital, que engloba os investimentos e demais despesas, ficou indexado à variação da inflação, mas condicionado ao comportamento da receita. Ou seja, se a inflação subisse demais e a arrecadação de impostos caísse, o único grupo de despesas afetado seria o de investimentos e despesas de manutenção dos órgãos públicos.

“FICÇ-AO”

Os parlamentares, temendo que o Executivo tivesse superestimado as despesas para poder efetuar gastos maiores em um ano eleitoral, decidiram acabar com a indexação das despesas, e optaram por voltar à sistemática do Orçamento com inflação projetada. A receita, no entanto, estará indexada, pois os impostos serão corri-

gidos pela variação da OTN, a partir de janeiro.

Portanto, o Orçamento aprovado tornou-se uma peça de ficção, pois em aproximadamente três meses os recursos previstos terão sido consumidos pela inflação. O Orçamento foi elaborado a preços de junho de 1988, e deveria ser corrigido em janeiro de acordo com a variação daqueles indexadores sugeridos pela Seplan, o que não mais ocorrerá.

Ao final do primeiro trimestre de 1989, provavelmente o Governo estará com dinheiro em caixa mas não poderá efetuar nenhum gasto pois não estará aprovado pelo Congresso, e terá que enviar periodicamente uma Lei de Excesso, que é o pedido de autorização para efetuar novas despesas, com o dinheiro arrecadado além do previsto.